

Aos nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 14h e 30min, realizou-se a 6ª/92 - Reunião Ordinária do Conselho Diretor do COMITESINOS, em sua sede, na UNISINOS, São Leopoldo. A reunião foi presidida por Walmir dos Santos Martins e Luiz Antônio Timm Grassi e Secretariada por Viviane Nabinger Koch e Mara Glacener Lemes de Medeiros e contou com a participação dos conselheiros e convidados, conforme ata de presenças, anexa. O Presidente deu início aos trabalhos e a Secretária Executiva fez a leitura da ata da reunião nQ 05/92, do Conselho Diretor, colocou-a em discussão e aprovação. A ata foi aprovada e assinada pelo Presidente, sem retificações. Atendendo ao 2Q assunto da pauta, o Presidente passou a palavra à Sec. Executiva que fez a leitura das correspondências recebidas no período de 11/06 a 09/07, conforme documento anexo. A Seco Executiva apresentou o 3Q assunto da pauta, que tratou sobre a situação financeira do COMITESINOS, observando que após longo período de muitas dificuldades para manter sua estrutura administrativa em funcionamento o Comitê dispunha, na atualidade, de pequena reserva de recursos aplicados no Fundo Ouro. Viviane esclareceu que estes recursos eram provenientes de uma transferência dos valores liberados pelo CAPES à UNISINOS, referentes ao Projeto de Educação Ambiental. A Seco Executiva informou que ela havia tomado a iniciativa de demonstrar ao Pró-Reitor Administrativo da Universidade, que os recursos liberados compunham parte da primeira etapa do programa de desembolso e que estes deveriam cobrir as despesas relativas a realização de determinadas atividades do projeto já realizadas pelo Comitê. Diante desta argumentação,

o Pró-Reitor Administrativo autorizou o repasse de quinze milhões e setecentos e sessenta e quatro mil e quinze cruzeiros que, descontado o imposto de renda, totalizaram quinze milhões e duzentos e noventa e um mil e noventa e cinco cruzeiros. Para prestação de contas, o COMITESINOS emitira recibo assinado pelo seu Presidente, atendendo às despesas decorrentes dos custos operacionais (181), Código 349030, dos Serviços de Consultoria para a elaboração de Apostilas e Documentário sobre a bacia hidrográfica do rio dos Sinos; Coordenação para a realização do Seminário Interno do Corpo Docente e Coordenação para implementação do programa. O Vice-Presidente Luiz Antônio Timm Grassi; informou que o 4Q assunto da pauta, proposta de programa de ação: Conjunto Habitacional Guajuviras, te ma central da reunião em curso, atenderia a orientação do próprio Conselho Diretor, em reunião realizada dia 11 de junho, que seria a de buscar informações sobre a questão da poluição do Arroio Sapucaia, decorrente do lançamento dos efluentes domésticos não tratados provenientes do Conjunto Habitacional Guajuviras, localizado no município de Canoas. Grassi disse que o COMITESINOS "ensejava"

a discussão do problema, por este, tratar de um típico caso de gerenciamento dos recursos hídricos de bacia hidrográfica, e casualmente, de um Comitê associado a um sistema estadual de recursos hídricos. Grassi saudou os participantes convidados, representantes da Prefeitura Municipal de Canoas, da Prefeitura Municipal de Esteio, da Câmara Municipal de Esteio, da COHAB/RS, da REFAP, da CORSAN e do SINDIPETRO, e indicou a forma de encaminhamento para a apresentação das informações. Passou a palavra ao Prof. Antônio E. Vianna, Presidente da Comissão Consultiva do CONRHIRGS que, expôs sobre o motivo da reunião, informando que esta iniciativa tivera origem na manifestação apresentada pelo SINDIPETRO junto à câmara de vereadores de Esteio, que por sua vez, a encaminhara ao COMITESINOS, este último, propusera uma ação conjunta, por entender que a existência de um órgão colegiado como o comitê, poderia proporcionar o adequado encaminhamento da questão do Conjunto Habitacional Guajuviras, dado seu relacionamento aos recursos hídricos da microbacia do arroio Sapucaia, e esta ser uma microbacia contribuinte do Sinos. Ganna disse que o momento fora oportuno às entidades convidadas i prestarem esclarecimentos e informações sobre as condições de precariedade e o comprometimento do sistema de esgotamento sanitário laquele conjunto habitacional. Em sua exposição, Lanna esclareceu que tanto o Comitê Sinos como o Comitê Gravataí, possuíam instrumentos limitados para agir numa questão tão complexa como a apresentada pelo SINDIPETRO. Careciam de um instrumental técnico, financeiro e legal, para intervir na solução do problema, e até que estes Comitês alcançassem respaldo legal, e que, para isto, havia a expectativa de ver criado pelo Governo do Estado, um Sistema Estadual de Recursos Hídricos, que contemplaria os Comitês de bacias hidrográficas com o instrumental necessário, as estratégias de ação teriam sérias limitações. A alternativa proposta, de reunir as partes neste encontro, tratava de uma ação de relevada importância, embora as soluções previstas fossem de médio e longo prazo. Grassi contribuiu para a exposição de Lanna dizendo que o papel do COMITESINOS, como em outros casos, seria o de articular a participação conjunta e a cooperação dessas entidades, bem como o de apontar as soluções

propostas e reforçar as demandas pelos recursos necessários para efetivá-las. Durante a reunião, foram apresentados depoimentos, inicialmente, do Sr. João Carlos Padilha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo de Porto Alegre, Canoas, Osório e Tramandaí - SINDIPETRO, que manifestou-se satisfeito com a proposta encaminhada pelo Comitê, destacando que pela primeira vez, após dois anos de buscas de uma solução junto aos órgãos ambientais, merecera a atenção de urna entidade, e que, por esta consideração parabenizava o COMITESINOS. O Vereador Vanderlan Vasconcelos, representando a Câmara Municipal de Esteio, apenas informou que a Câmara, ~o receber a denúncia do SINDIPETRO, a encaminhara ao COMITESINOS. O depoimento dos Srs. Bismar Borges e Newton Reds, esclareceu que a Companhia de Habitação, para a implantação dos seus conjuntos habitacionais N1E1E2 (Guajuviras) e PMI (Profilurb), em Canoas, tornara as seguintes iniciativas: elaborara os projetos dentro das normas técnicas, tendo sido aprovados nos órgãos concessionários, no caso, a CORSAN; as obras das redes haviam sido executadas dentro das normas técnicas da CORSAN/COHAB com a de vida fiscalização destes órgãos durante a sua execução. Que o sistema empregado para o tratamento de esgoto consistia de separador absoluto com emprego de fossas domiciliares onde os efluentes seriam conduzidos ao Sistema de Esgoto Sanitário de Canoas. Afirmaram ter recebido da CORSAN a informação de que o núcleo habitacional guajuviras deveria lançar seus efluentes na rede do profilurb, que, por sua vez, seriam lançados na rede à ser implantada pela CORSAN, na cidade de Canoas. Informavam também que as casas deveriam ser dotadas de fossas a fim de proporcionar segurança e minimizar os efeitos da poluição do arroio araçá, caso a ETE não pudesse ser concluída juntamente com os citados conjuntos. Conforme o depoimento, estas medidas haviam sido adotadas pela COHAB/RS. Em 1979 - a CORSAN informara que a captação dos esgotos sanitários dos Núcleos Habitacionais N1E1E2 e Profilurb formavam um único sistema de coleta de esgotos, cujos efluentes seriam veiculados através da bacia nQ 10, em execução pela CORSAN. Em 1983, a COHAB fizera nova consulta rati ficando a necessidade do emprego de fossa séptica. Os técnicos informaram também sobre a situação atual do Núcleo Profilurb e Guajuviras dizendo que o primeiro não apresentava problemas, e que o Guajuviras, em função da invasão ocorrida em abril de 1987 e pelo modo desta ocupação, a COHAB vinha encontrando dificuldades na entrega das obras à Prefeitura de Canoas. Que não caberia a COHAB, a responsabilidade pela poluição do Arroio Araçá, contribuinte do Arroio Sapucaia, pelos esgotos não tratados do Conjunto Guajuviras. A exposição da CORSAN sobre o loteamento Guajuviras e Profilurb, apresentado pelos eng. Qs. Rogério Bandeira Pereira e Ana Cecília Perrone, constou de histórico sobre etapas passadas, situação atual e perspectivas para o futuro, na questão guajuviras. Foi informado que a CORSAN acompanhara: a) o processo de aprovação do projeto -1980;

b) o início das obras - 1982, executado pela COHAB; c) a conclusão da rede de esgoto do loteamento Profilurb -1984; e recebimento provisório; d) o não recebimento do loteamento guajuviras; e) a estação de tratamento de esgotos, construída, e que não entrara em operação, pela falta de construção de um laboratório e instrumentos eletromecânicos, e, quando ocorrera as invasões - e as pessoas haviam construído "casas" sobre a rede de recalque dos dejetos, e sua utilização acabara sendo prejudicada - 1987. No mesmo ano, fora firmado Termo de Acordo entre COHAB, CORSAN, Pref. Municipal de Canoas e Associação de Moradores, onde responsabilidade da CORSAN. seria a de fornecer 2.500 m<sup>3</sup> de água e fazer a coleta de esgoto, se fossem cumpridas as demais exigências do acordo. Ainda em novembro de 87, a operação da EBES (estação bombeamento) fora impedida pelas invasões. Sobre a situação atual, os representantes da CORSAN informaram que o esgoto possuía tratamento, em nível primário, com fossas sépticas lançadas diretamente nos arroios Sapucaia e Araçá; que a CORSAN fazia a manutenção da rede, atendendo à 4424 economias e cujo custo mensal era de 25 milhões. Ainda, estavam recuperando as elevatórias do Profilurb; que a ETE de Canoas estava com quase 100% das obras civis concluídas faltando os laboratórios, montagens eletromecânicas, interligação de alguns trechos de rede, execução de estações elevatórias, para atingir um atendimento de 20-30% da população. O investimento necessário para solução do problema seria de 33 bilhões de cruzeiros, investimento esse aprovado pela Caixa Econômica Federal, mas que não havia sido feito o financiamento.

Os técnicos da CORSAN apontaram as seguintes providências a serem tomadas para resolver parte da questão:- retirada das casas de cima da adutora; recuperar a elevatória EL1 (dentro do núcleo); concluir recuperação da elevatória EL2; concluir rede do loteamento Santo Antônio; revisar lançamento de esgotos no pluvial do Guajuviras;

realizar cadastro de obra da rede do Guajuviras e Profilurb. O Arq. Newton Alves, Diretor de Planejamento da Pref. Municipal de Canoas, informou que embora a Prefeitura, isenta da responsabilidade, nesta questão de tratabilidade dos esgotos domésticos do conjunto guajuviras, tinha participado e realizado reuniões com diferentes diretorias da COHAB e CORSAN, para encontrar uma solução para os problemas do loteamento. Afirmou que a Prefeitura não fizera o recebimento da obra, porque o tipo de casas construídas havia ficado fora dos padrões das casas populares da Prefeitura. Informou que a Prefeitura aguardava a decisão da Justiça sobre a responsabilidade da COHAB sobre os núcleos Guajuviras e Profilurb. Para Newton Alves, o posicionamento por parte da Prefeitura era de não assumir uma "cidade de" - conj. hab. guajuviras - com aproximadamente 30 mil pessoas", para administrar, porque seria inviável ter uma cidade dentro de outra cidade. Lembrou no entanto, que as invasões haviam ocorrido em hora e locais impróprios, e que nada havia sido feito para seu controle, lamentando que mais ou menos 50% da população invasora "não residia mais no conjunto guajuviras. Disse ainda, que a Prefeitura, mesmo sem ter oficializado o recebimento da obra, vinha realizando benfeitorias naquele local, como a colocação de sistema de coleta de lixo diário, refazendo a pavimentação da avenida principal do loteamento. Em seu depoimento, o EngQ. Jorge Eckman, Seco de Planejamento da Pref. Municipal de Esteio, disse que não existia, naquela prefeitura, uma projeção imediata de solução para a questão, entendendo que o problema era muito amplo, envolvendo graves questões sociais, como a falta de moradia, saneamento básico, má disposição do lixo doméstico, e esgotos cloacais das moradias marginais do arroio Sapucaia. E que o arroio Sapucaia estaria sendo poluído pelos esgotos domésticos do Guajuviras e dos municípios de Canoas, Sapucaia e Esteio. Claudio Liberman, representante do IBAMA, manifestou-se dizendo que acreditava que, o assunto envolvendo o tratamento de esgotos domésticos, deveria contar com a participação da FEPAM, órgão fiscalizador do Estado, responsável em acionar medidas de solução.

O Sr. José Eraí da Silva, membro do SINDIPETRO questionou a ausência da FEPAM, já que o problema envolvia questões ambientais relevantes para o rio dos Sinos e lhe foi esclarecido que a convocação havia sido apresentada aos representantes. O Ver. Vanderlan Vasconcelos, com a palavra, disse que somente surgiriam soluções, se todas as partes envolvidas na questão, e presentes na reunião, assumissem de alguma forma, posições firmes que contribuíssem para que o COMITESINOS pudesse indicar alternativas e que estas fossem levadas ao Governo do Estado. Eugênio Cánepa, representante da CIENTEC, diante do que fora apresentado nos depoimentos, manifestou-se dizendo que existia uma contribuição sequencial de esgotos não tratados, "in natura" do Conjunto Habitacional Guajuviras, que iam para o rio dos Sinos. Somente esta questão, estabelecia uma situação de impasse entre os executores do loteamento, ou seja, COHAB e CORSAN acrescentou, no entanto que a não conclusão das obras para tratamento de esgoto: as invasões, que por sua vez, haviam danificado a rede já construída e a saturação das águas do arroio Sapucaia cuja capacidade de assimilação atingira os limites, já que a sobrecarga de diferentes fontes como os esgotos provenientes dos loteamentos de Esteio, acidentes com vazamento de óleo pela Petrobrás, e de outras empresas, que estes problemas somados retratavam a gravidade da questão, e por isso sugeriu que fosse feito um estudo para quantificar os custos, em relação a população beneficiada, para ser realizado o tratamento final, e o destino final até chegar à ETE. O representante da COHAB, Newton Reda, disse que a COHAB estava fazendo um cadastramento, para saber quantas pessoas habitam atualmente, aquele loteamento, mas que a remoção das famílias geraria outros problemas à COHAB, porque esta não dispunha de área para reassentá-los. Após os depoimentos, muitas sugestões foram apresentadas e tentando objetivar a reunião, Grassi apresentou algumas sugestões que poderiam ser encaminhadas pelo COMITESINOS: - a médio prazo, medidas poderiam ser gerenciadas junto às partes envolvidas, ou seja, junto à Pref. Mun. de Canoas, CORSAN, COHAB e FEPAM, quanto a possibilidade de integrar um Grupo de Trabalho, que iria elencar soluções e custos, buscar fontes de financiamento para reforçar a execução de sistema de tratamento de esgoto de Canoas, reavaliar assentamento de famílias, etc; - propor uma solução definitiva para o sistema de tratamento global no município de Canoas; realizar um levantamento preliminar para verificar outras fontes do Arroio Sapucaia; - verificar a responsabilidade municipal, quanto às questões do conjunto habitacional como um todo. Jaime Rodrigues, técnico da Assessoria de Gabinete da Pref. de POA, colocou sua posição de apoio ao COMITESINOS, parabenizando o mérito do SINDIPETRO, na denúncia, e sobre a reunião em curso, que reuniu as diferentes partes envolvidas numa questão grave, resultante de vários erros sobrepostos provenientes dos diferentes níveis do governo, federal, estadual e municipal. Incentivou o COMITESINOS a dar continuidade na ação proposta. Grassi propôs que fosse formado um grupo de trabalho com determinado objetivo, e neste primeiro contato, relacionado o elenco de alternativas, reunião e sistematização dos dados. O 2º contato seria o do estabelecimento de relações com agentes

financiadores para a execução/conclusão da obra; - envolvendo, nesta fase, a associação de moradores do C.H.G. A proposta foi aprovada pelo Conselho Diretor e determinado à Seco Executiva a adoção de medidas para a formação do Grupo de Trabalho. Tendo sido concluídos o assunto, foi dada continuidade aos trabalhos e, atendendo a pauta, a Secretária Executiva solicitou ao C.D., apoio para que a C.T.E.A., pudesse dar início às atividades do curso de educação ambiental, independente da liberação de 10 CAPES, dos recursos destinados ao pagamento dos professores engajados ao programa. A iniciativa foi aprovada pelo C.D. O estudante sapucaense Daniel Pereira, entregou o trabalho "Preceituação Ecológica sobre a Coxilha do Janjão Pereira, Sapucaia do Sul,RS", uma contribuição ao Comitê, elaborada por grupo de pessoas daquele município. Dentro dos assuntos gerais, foi confirmada a convocação dos conselheiros Arno Kayser, Vanderlan Vasconcelos e Arildo José de Almeida, para que em reunião, na próxima quarta-feira, fizessem a avaliação dos documentos referentes a prestação de contas do COMITE SINOS, do período de fevereiro/91 à fevereiro/92. Ainda foi feita a convocação para reuniões do Comissão Técnica e do Conselho Diretor, agenda da para os dias 16 de julho e 13 de agosto, respectivamente. O adiantado da hora não permitiu que as discussões provocadas pela preocupação registrada por Eugênio Cánepa, a respeito das manifestações negativas que o representante da UPAN, entidade membro do C.D., vinha fazendo sobre o COMITESINOS, alcançasse uma posição do Conselho. Cánepa apresentou uma série de situações onde o Presidente daquela entidade, além de não colaborar com as ações promovidas pelo Comitê, não participar das reuniões do Conselho e portanto, não acompanhar e compreender a linha de atuação adotada, buscava uma provocação sem fundamentos, fossem eles junto à imprensa local, à Assembléia Legislativa e ata junto a Promotoria Pública. Cánepa sugeriu que o assunto voltasse a pauta, na próxima reunião, e pudesse ser melhor discutido. Assim, os trabalhos foram encerrados e não havendo mais nada a constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e por mim, depois de lida e aprovada. são Leopoldo, 20 de agosto de 1992.